

Handwritten initials or signature in the top right corner.



Relatório & Contas 2015

Golden Actives – SGPS, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514
Capital Social 500.000 Euro

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Actives - SGPS, S.A. (Golden Actives), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

O ano de 2015 iniciou de forma promissora, com a economia norte-americana a mostrar sinais de alguma força e com os investidores a reverem com otimismo as expectativas para as principais economias da Zona Euro após, finalmente, o Banco Central Europeu (BCE) decidir avançar com medidas expansionistas de política monetária não convencionais (*quantitative easing*), pressionado pela ameaça da deflação e pelo fraco desempenho das economias sob sua jurisdição. Contudo, em meados do segundo trimestre, este cenário começou a ser crescentemente colocado em causa por avolumados sinais de abrandamento económico nos EUA e na China e principalmente, na Zona Euro, pela turbulência gerada pela Grécia após a vitória do Syriza e conseqüente convocação de um referendo. O risco de uma saída da Grécia do Euro criou uma pressão extrema sobre o sistema financeiro europeu e sobre o próprio Eurosistema, obrigando o BCE a intervir criando linhas de liquidez de emergência aos bancos gregos para evitar o colapso total do sistema financeiro deste país. No referendo, a Grécia votaria anti-austeridade mas, nas semanas subsequentes, o Syriza aceitaria as imposições dos parceiros europeus, acabando por firmar um acordo com os credores internacionais para um 3º resgate e evitando um Grexit (saída da Grécia da Zona Euro). Neste contexto mais adverso, a esperada subida das taxas de juro pela Reserva Federal norte-americana (FED) foi sendo sucessivamente adiada e materializar-se-ia apenas na reunião de dezembro. São também esperadas novas subidas de taxas nos EUA ao longo de 2016, mas a um ritmo extremamente pausado, em virtude da continuação do contexto de incerteza no cenário macroeconómico mundial. Em sentido oposto, o BCE anunciou também em dezembro um aumento dos estímulos monetários para 2016, com a extensão do programa de compra de ativos por mais 6 meses do que o inicialmente previsto (mas mantendo o valor mensal de compras nos 60 mil milhões de euros) e a inclusão de ativos adicionais na lista de potenciais compras, gerando assim uma divergência de políticas monetárias entre os EUA (FED) e a Europa (BCE/Bundesbank), situação inédita desde 1994.

Destaque ainda para o Brasil, país onde em 2015 se assistiu a uma convergência de crises nas esferas económica, política e judicial que colocou o país na situação mais conturbada desde os anos 90. Para agravar a situação, o total descontrolo da inflação e a violenta depreciação do Real obrigaram o banco



central brasileiro (BACEN) à subida da taxa de juro de referência (a “Selic”) para 14.25%, um máximo de nove anos, agravando a recessão que se afigura vir a ser a mais grave desde os anos 30 do século XX. Nota ainda para a situação específica de Portugal onde, após as eleições legislativas de 2015 e a alteração de governo, os mercados começaram a dar sinais de que temem que os sucessos na consolidação orçamental e contas externas alcançados ao longo dos últimos anos possam vir a sofrer um rápido retrocesso. Embora seja previsível um impacto inicial positivo no consumo público e privado decorrente de políticas fiscais mais expansionistas e da reposição de poder de compra a funcionários públicos e pensionistas, as previsões apresentadas pelo governo parecem ser otimistas, pelo que em meados de 2016 poderemos ser confrontados com a necessidade de imposição de novas medidas de contenção orçamental. Esse será um momento decisivo pois evidenciará as diferenças programáticas dos partidos que suportam o atual governo, podendo desencadear uma crise política.

Cenário Macroeconómico

	Banco de Portugal			FMI		Orçamento Estado 2016	
	2015	2016 (E)	2017 (E)	2016 (E)	2017 (E)	2016 (E)	2017 (E)
PIB (real)	1.5%	1.5%	1.7%	1.4%	1.3%	1.5%	1.8%
Consumo Privado	2.6%	1.8%	1.9%	1.5%	1.3%	2.6%	2.4%
Consumo Público	0.8%	1.1%	0.4%	0.0%	0.5%	-0.7%	0.2%
Investimento	3.6%	0.7%	4.5%	3.0%	2.5%	4.3%	4.9%
Exportações	5.1%	2.2%	5.1%	4.2%	4.3%	5.1%	4.3%
Importações	7.3%	2.1%	5.6%	4.0%	4.5%	6.9%	5.5%

Fontes:

Banco de Portugal: “Projeções para a economia portuguesa: 2016-2018” - março 2016

FMI: “World Economic Outlook” – abril 2016

Orçamento Estado: “Orçamento do Estado 2016” – janeiro 2016

A acrescer a este contexto, Portugal continuará a sofrer em 2016 as consequências das enormes debilidades do seu setor financeiro, continuando por resolver a venda do Novo Banco (e o Impacto dessa situação no Fundo de Resolução e nos restantes bancos do sistema financeiro português) e diversas outras situações (insuficiência de capital, necessidade de reconhecimento de imparidades, conflitos ou debilidades nos acionistas de referência, excessiva exposição de negócio e/ou capital a investidores estrangeiros, etc.) que acabam por envolver praticamente todos os bancos a operar no país.

Mercados Financeiros

O fim de 2015 foi encarado com grande alívio pela generalidade dos investidores e dos gestores de ativos. A um início de ano muito positivo e promissor, que levou os mercados acionistas a atingir máximos relativos na Europa e absolutos nos EUA durante o segundo trimestre, sucedeu um período de verão muito volátil (índices de volatilidade registaram os valores mais elevados desde 2011) e marcado por episódios de forte correção. Posteriormente, também as últimas semanas do ano surpreenderiam pela negativa com os mercados a registarem em dezembro a pior performance mensal (para um mês de dezembro) dos últimos 13 anos.



Apesar dos recuos significativos no último mês do ano, que implicaram a destruição de uma boa parte dos ganhos que tinham sido amealhados ao longo de 2015, as generalidades dos índices acionistas fecharam o ano ainda em território positivo suportados pelas políticas monetárias dos principais bancos centrais mundiais, destacando-se a Europa e o Japão. A exceção mais relevante acabou por ser o principal índice acionista norte-americano, o S&P 500, que fechou em perda, embora marginal, no cômputo do ano transato. Destaque ainda para os enormes volumes de operações de fusão e aquisição anunciados ao longo do ano de 2015, tirando partido do ambiente de taxas de juro extremamente baixas, e que superam os 4 biliões de dólares, batendo o anterior recorde que fora fixado em 2007.

Performance ativos financeiros em 2015

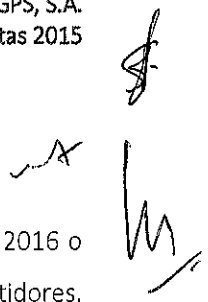
	<u>Δ%</u>		<u>Δ%</u>
S&P 500 (EUA)	-0.7%	CORE EURO GOV BONDS	1.5%
EURO STOXX 50 (Europa)	3.8%	CORE EURO CORP BONDS	-0.7%
DAX (Alemanha)	9.6%	EURO HY BONDS	-1.1%
PSI 20 (Portugal)	10.7%	EMERG MKTS DEBT LOCAL CURRENCY	-13.4%
IBEX 35 (Espanha)	-7.2%	Reuters/Jefferies Commodity Index	-23.4%
MSCI World (Mundo)	1.0%	Ouro	-10.4%
Hedge Fund Return Index	-3.6%	Crude	-34.9%

No segmento de dívida, o ano foi positivo apenas para a dívida soberana e negativo para a generalidade dos mercados de crédito empresarial (quer nos segmentos de melhor qualidade, quer no *high yield*). E foi particularmente negativo para os mercados emergentes, nas emissões realizadas em moeda local.

No complexo das *commodities*, 2015 foi um ano muito negativo, com os ativos desta classe a terem o pior desempenho anual desde 2008, destacando-se as matérias-primas energéticas (o crude recuou cerca de 35%, para níveis mínimos desde 2009).

Por fim, nos mercados cambiais, o ano em análise começou com a surpresa da decisão, logo em janeiro, do banco central da Suíça de abandonar a fixação do valor máximo do franco suíço (CHF) face ao euro, que se mantinha desde 2011 nos 1.20 CHF por euro. Esta decisão surpreendeu totalmente os mercados e levou o franco a uma apreciação violenta de quase 30% em poucos minutos, originando perdas de enorme magnitude no património de alguns investidores e entidades financeiras. Embora tendo o movimento inicial sido posterior e parcialmente revertido, o CHF registou mesmo assim uma valorização face ao euro de praticamente 10% no ano. O ano de 2015 acabou mesmo por ser genericamente negativo para a divisa única europeia, que registou depreciações relevantes não apenas contra o CHF mas também face à generalidade das restantes principais divisas mundiais: dólar americano, iene japonês, yuan chinês e libra esterlina.

O ano 2015 foi o ano com menor ritmo de expansão económica global desde 2009 e foi um ano difícil para os investidores, com baixos retornos na generalidade das classes de ativos e diversos episódios de volatilidade extrema (segundo alguns estudos, 2015 terá sido globalmente o pior ano para os investidores desde 1937). Contudo, as perspetivas para 2016 e 2017 afiguram-se mais positivas, devido à expectativa de recuperação em alguns mercados emergentes (cujas economias foram muito penalizadas pela evolução das *commodities*) e à manutenção de um processo de normalização gradual nas principais economias



dramaticamente a remuneração dos ativos de maior segurança e liquidez), prenunciam que em 2016 o ambiente de investimento permanecerá extremamente desafiante para os investidores, independentemente do seu perfil de risco.

ATIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

A Golden Actives obteve um resultado líquido negativo de - 3.417,35 €.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 2 de janeiro de 2015, realizou-se uma Assembleia Geral que reconduziu, por unanimidade, os membros dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017, a nível do Conselho de Administração, do Fiscal Único e da Mesa da Assembleia Geral, os quais se mantêm inalteráveis.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2016, a sociedade mantenha a política de participações adotada até à presente data quanto à identidade das empresas participadas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo de - 3.417,35 € para resultados transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

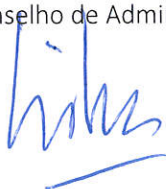
Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 21 de março de 2016

O Conselho de Administração



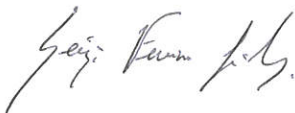
António José Nunes da Silva

Presidente



João Carlos de Magalhães Correia de Matos

Vogal



Sérgio Ferreira da Silva

Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2015.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2015, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2015	Ano anterior
Juros e rendimentos similares		14,567	15,906
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		14,567	15,906
Encargos com serviços e comissões		(881)	(1,107)
Outros resultados de exploração		(690)	(805)
Produto bancário		12,996	13,994
Custos com o pessoal		-	(9,366)
Gastos gerais e administrativos		(15,670)	
Amortizações do exercício		(743)	(374)
Resultado antes de impostos		(3,417)	4,254
Impostos			
Correntes	7	-	(787)
Resultado após impostos		(3,417)	3,467
Resultado por acção			
Básico	14	-0.03	0.03
Diluído	14	-0.03	0.03

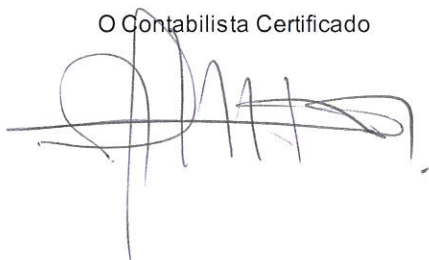
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

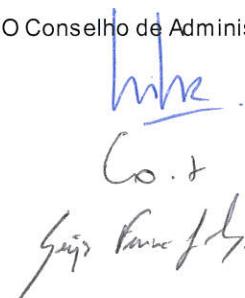
	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado individual	14	(3,417)	3,467
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		<u>(6,598)</u>	<u>(5,303)</u>
Rendimento integral individual		<u>(10,015)</u>	<u>(1,836)</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Co. +
Guilherme Fernandes

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

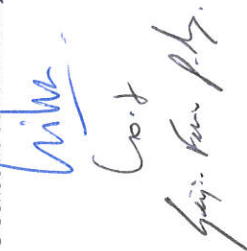
	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	500,000	5,000	-	634,579	6,205	1,145,784
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(5,303)	-	-	(5,303)
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2013:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	6,205	(6,205)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014	-	-	-	-	3,467	3,467
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>500,000</u>	<u>5,000</u>	<u>(5,303)</u>	<u>640,784</u>	<u>3,467</u>	<u>1,143,948</u>
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(6,598)	-	-	(6,598)
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2014:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	3,467	(3,467)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-	(3,417)	(3,417)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>500,000</u>	<u>5,000</u>	<u>(11,900)</u>	<u>644,250</u>	<u>(3,417)</u>	<u>1,133,933</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A

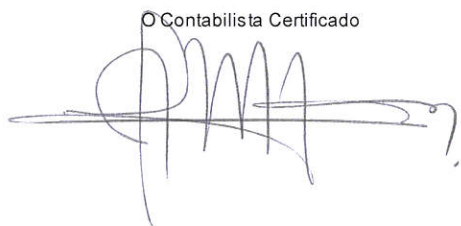
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

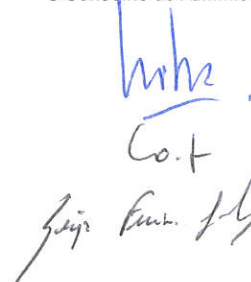
(Montantes expressos em Euros)	Notas	2015	2014
Actividades Operacionais:			
Juros e rendimentos recebidos		12,024	15,410
Juros e encargos similares pagos		-	-
Recebimentos / (Pagamentos) de impostos		17,170	(21,560)
Outros recebimentos e (pagamentos) de exploração, líquido		7,736	(19,128)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		36,930	(25,278)
Fluxos das actividades operacionais (1)		36,930	(25,278)
Actividades de Investimento:			
Diminuições (aumentos) de investimentos em outras empresas		349,354	(362,974)
Diminuições / (aumentos) de aplicações da Sociedade em instituições de crédito		(370,676)	275,000
Fluxos das actividades de investimento (2)		(21,322)	(87,974)
Actividades de Financiamento:			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-	-
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		15,608	(113,252)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	11,445	124,697
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	4	27,053	11,445

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

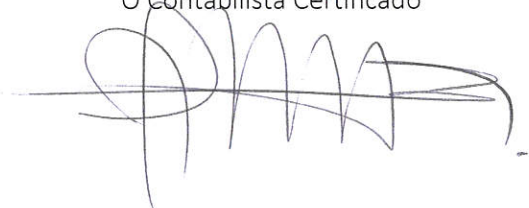
2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

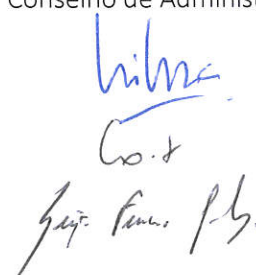
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27.053	11.445
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	27.053	11.445
	-----	-----
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	600.000	225.000
	-----	-----
Disponibilidades constantes do balanço	627.053	236.445
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Co. &
José António P. B.



NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”) o qual, em 31 de dezembro de 2015 é constituído por aquela entidade e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sedeadada no Porto, constituída em abril de 2003, e que tem como atividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2015.

Durante o exercício de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adaptadas pela União Europeia

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à atividade do Golden Actives e refletidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2015, foram as seguintes:

- IFRIC 21 – Taxas – O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia nº. 634 / 2014. Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma

entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

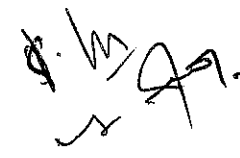
Melhoramentos IFRS (2011-2013) – os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia nº. 1361/2014 de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “*IFRS efetivas*” – O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias, mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.
- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures* – as alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como descrito na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.
- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios – O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios, aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 OU IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.
- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades de investimento como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio – O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Golden Actives não registou quaisquer impactos relevantes na aplicação da IFRIC 21 nem destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adotadas pela União Europeia:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2010 a 2012: este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas. Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de *vesting condition*; (ii) IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; (iii) IFRS 8 – Segmentos operacionais:



divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; (iv) IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; (v) IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à empresa ou à sua empresa mãe é considerada uma parte relacionada; e (vi) IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo. A aplicação destas alterações é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015.

- IAS 19 – Benefícios a empregados: Planos de benefício definido – contribuições de Colaboradores: foram introduzidas alterações a esta norma para clarificar a forma como as contribuições de Colaboradores associadas aos serviços prestados devem ser atribuídas pelos períodos de serviço. Adicionalmente, vem permitir que se o montante da contribuição for independente do número de anos de serviço prestado, essas contribuições podem ser reconhecidas como uma dedução ao custo do serviço corrente no período em que o respetivo serviço for prestado. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2012-2014: este processo envolveu a revisão de 4 normas contabilísticas. Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros divulgados: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; (iii) IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e (iv) IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares. A aplicação destas alterações é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

- IFRS 11 – Acordos conjuntos: esta alteração está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva

Handwritten initials and marks, including a large 'S' and other scribbles.

para novas aquisições de interesses. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: esta alteração vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: (a) uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; (b) uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; (c) informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e (vi) outra informação na quarta secção. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

-IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: esta alteração estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas: esta alteração vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Golden Actives em 31 de dezembro de 2015, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA's, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Investimentos em filiais e associadas

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

Nas demonstrações financeiras da Sociedade, a empresa filial está valorizada ao custo histórico, ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo e refere-se à participação na Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. com uma percentagem de participação de 100%.

Os dividendos da empresa filial são reconhecidos nos resultados individuais da Sociedade na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui: i) títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito, ii) títulos de rendimento variável disponíveis para venda, e iii) suprimentos e prestações suplementares de capital em ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso os mesmos registados pelo seu custo, ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de uma diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de “*software*”, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de “*software*” são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

e) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos

são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

f) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

g) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2. INVESTIMENTOS

Os investimentos em empresas filiais, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital, capitais próprios e resultado líquido a 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

Designação	Valor de balanço	Sede	Percentagem efectiva de capital	Capital Próprio		Resultado Líquido	
				2015	2014	2015	2014
Golden Broker - Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”)	450.000	Porto	100%	820.376	831.400	727	(417.203)

A Sociedade domina totalmente a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., pelo que assume, perante terceiros, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais.

3. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas internacionais - taxa fixa	-	356.598
	<u>-</u>	<u>356.598</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>102.500</u>	<u>459.098</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

<u>Títulos</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Cotação 31.12.2014</u>	<u>Valor de balanço 31.12.2015</u>	<u>Valor de balanço 31.12.2014</u>	<u>Custo de aquisição</u>
Obrigações do Tesouro - RAGB 3,50% 2015	35.000.000	- €	101,9%	-	356.598	362.974
				<u>-</u>	<u>356.598</u>	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Instrumentos de capital” refere-se a uma participação de 5% no capital social da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., adquirida pelo montante de 96.250 Euros, bem como a prestações suplementares realizadas naquela sociedade no montante de 6.250 Euros.

Conforme política definida na Nota 1.2. b), este investimento encontra-se registado ao seu custo histórico, não se estimando que o mesmo exceda o seu valor estimado de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	<u>Ativo</u>	<u>Capital Próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Total de proveitos</u>
2015	2.886.334	1.861.368	45.291	6.813.378
2014	2.421.316	1.793.258	7.628	4.145.950

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos desta rubrica referem-se a depósitos à ordem mantidos junto do Novo Banco e do Millennium BCP, os quais são remunerados a taxas de mercado e encontram-se expressos em Euros.

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica era constituída por três depósitos a prazo: i) um, no montante de 200.000 Euros na instituição financeira Novo Banco, a render juros a uma taxa fixa de 1,25% e que tem o seu vencimento em setembro de 2016; ii) outro, no montante de 150.000 Euros também na instituição financeira Novo Banco, a render juros a uma taxa fixa de 1,25% e que tem o seu vencimento em outubro de 2016; e, um terceiro, no montante de 250.000 Euros na instituição financeira Millennium BCP, a render juros a uma taxa fixa de 1% e que tem o seu vencimento em novembro de 2016.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica de “Ativos intangíveis” diz integralmente respeito a sistemas de tratamento automático de dados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento nos “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2015				31.12.2015
	Sistemas de tratamento automático de dados			Transferências e abates	
	31.12.2014	Aumentos	Alienações		
Ativo Bruto	5.897	1.107	-	-	7.004
Amortizações e perdas de imparidade	(5.148)	(743)	-	-	(5.892)
	<u>749</u>	<u>364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.112</u>
Rubricas	2014				31.12.2014
	Sistemas de tratamento automático de dados			Transferências e abates	
	31.12.2013	Aumentos	Alienações		
Ativo Bruto	4.774	1.123	-	-	5.897
Amortizações e perdas de imparidade	(4.774)	(374)	-	-	(5.148)
	<u>-</u>	<u>749</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>749</u>

7. IMPOSTOS

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que a filial da Sociedade regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais como uma conta a pagar à sociedade dominante. Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de

revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada no exercício de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(3.417)		4.254
Imposto apurado com base na taxa nominal	0,00%	0	18,50%	787
Dedução de lucros anteriormente tributados (dividendos)		-		-
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto		-		-
Outros custos / (proveitos) não aceites fiscalmente		-		-
Imposto apurado com base na taxa efectiva		-		787
Do qual:				
- Imposto corrente		-		787
- Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto		-		-

8. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros ativos” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Suprimentos concedidos	100.000	100.000
Golden Broker - RETGS	11.246	24.133
Outros	1.355	7.952
	<u>112.601</u>	<u>132.085</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Suprimentos concedidos” diz respeito à Golden Broker (Nota 2), os quais vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de vencimento definido. Adicionalmente, o saldo da rubrica “RETGS” diz respeito a uma conta a receber da Golden Broker relativa ao imposto estimado do exercício de 2015 e 2014 no âmbito do RETGS.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros passivos” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Encargos a pagar	1.919	1.919
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	63	63
	<u>1.981</u>	<u>1.981</u>

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2015 e 2014 refere-se a empréstimos subordinados obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PROPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Reserva legal	32.608	32.608
Resultados transitados	611.643	608.176
	<u>644.250</u>	<u>640.784</u>

A legislação vigente, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2015 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 como segue:

Reserva legal	173
Resultados transitados	3.293
	<u>3.467</u>

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

13. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDOS AO FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único da Sociedade é a Patrício, Moreira & Valente, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, uma remuneração de 1.845 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2015	2014
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	(3,417)	3,467
Número médio ponderado de ações para efeito do cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	100,000	100,000
Resultado por ação		
Básico	-0.03	0.03
Diluído	-0.03	0.03

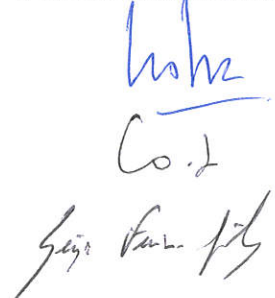
15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de março de 2016. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Golden Actives mantém-se idêntica à que foi aprovada em 28 de março de 2013, e já objeto de divulgação nos Relatórios de Gestão relativos aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Por esse motivo, procede-se de seguida, para os efeitos previstos para as normas legais aplicáveis, à divulgação da mencionada Política de Remuneração que faz parte integrante, como anexo, do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA GOLDEN ACTIVES – SGPS, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no art. 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da **GOLDEN ACTIVES – SGPS, S.A.** (Golden Actives).

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Actives tem em atenção que os membros desempenham funções nas sociedades participadas, sendo aí remunerados de acordo com as Políticas de Remunerações divulgadas nos respetivos Relatórios de Gestão de 2014. Deste modo, tais administradores não são objeto de qualquer remuneração pelas funções exercidas nesta sociedade.

Os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa, determinada em linha com os critérios e práticas utilizadas nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere.

Porto, 21 de março de 2016



PORTUGAL
Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da Golden Actives - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., durante o exercício de dois mil e quinze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 21 de março de 2016

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC n.º 1034)

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não responde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIF 501 612 981 Capital Social 108 000 €

Inscrição na Lista de Auditores da CNMV sob o n.º 20161180



PORTUGAL
Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de balanço de 1.304.171 euros e um total de capital próprio de 1.133.933 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.417 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas Introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nas Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Golden Actives - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

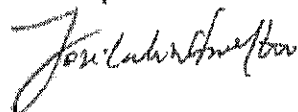
ÊNFASE

8. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual da Empresa, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal.
- De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Empresa, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Porto, 21 de março de 2016

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Carlos Nogueira Faria e Matos'.

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC n.º 1034)

ACTAS

ATA N.º 16

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas onze horas e dez minutos, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429, na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., titular do número único de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e contas do exercício de dois mil e quinze;_____

Dois - Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, do exercício de dois mil e quinze; _____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade._____

Cinco - Política de remunerações dos órgãos sociais._____

Encontravam-se presentes ou representados todos os acionistas da sociedade, tendo estes assinado a lista de presenças e ficando o respetivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente ata. Encontravam-se, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração, Drs. António José Nunes da Silva, João Carlos de Magalhães Correia de Matos e Sérgio Ferreira da Silva. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente ata, nos termos do artigo 63º do Código das Sociedades Comerciais._____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pelo Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas._____

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos acionistas presentes detentores da totalidade do capital social de se reunirem em assembleia geral universal, ao abrigo do disposto no artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida._____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014, os quais, não havendo mais intervenções, foram colocados à votação e aprovados por unanimidade._____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2014, os quais, não havendo mais intervenções, foram colocados à votação e aprovados por unanimidade._____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. António José Nunes da Silva: «Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício de - 3.417,35 € seja transferido

ACTAS

Folha 42

para resultados transitados».

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Tomou a palavra o acionista Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira que apresentou então a seguinte proposta:

«Proponho que seja conferido um voto de confiança e louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quinto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que seja aprovada a manutenção da Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais, conforme constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante.»

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade, conforme constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e trinta minutos e, para constar, dela se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade.

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



O Secretário,

